

## Detalhe de Oferta de Emprego

### Caracterização da Oferta

**Código da Oferta:** OE201809/0560

**Tipo Oferta:** Procedimento Concursal de Regularização

**Estado:** Expirada

**Nível Orgânico:** Ministério dos Negócios Estrangeiros

**Orgão / Serviço:** Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros

**Vínculo:** CTFP por tempo indeterminado

**Regime:** Carreiras Gerais

**Carreira:** Assistente Técnico

**Categoria:** Assistente Técnico

**Grau de Complexidade:** 2

**Remuneração:** 1.ª posição remuneratória, nível remuneratório 5

**Suplemento Mensal:** 0.00 EUR

**Caracterização do Posto de Trabalho:**

Realizar funções de natureza executiva, de aplicações de métodos e processos resultantes da inovação tecnológica, com base em diretivas bem definidas e com instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de atuação da Informática e instrumentais para o cumprimento dos objectivos da DSCI.

### Requisitos de Admissão

**Relação Jurídica:** Sem Relação Jurídica de Emprego Público - Reconhecimento de Vínculo Precário

**Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:**

- a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b) 18 anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

**Autorização dos membros do Governo Artigo 30.º da LTFP:**

DISPENSADA, nos termos do n.º1 do artigo 9.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro

**Habilitação Literária:** 12º ano (ensino secundário)

### Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros	2	Largo do Rilvas		1399030 LISBOA	Lisboa	Lisboa

**Total Postos de Trabalho:** 2

### Nº de Vagas/ Alterações

### Formação Profissional

**Outros Requisitos:****Formalização das Candidaturas**

---

**Envio de Candidaturas para:** Serviço de Expediente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Largo do Rilvas — 1399-030 Lisboa

**Contacto:** 21 3946439

**Data Publicitação:** 2018-09-24

**Data Limite:** 2018-10-09

**Texto Publicado**

---

**Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social:**

**Texto Publicado em Jornal Oficial:** Abertura de procedimento concursal comum para o preenchimento de dois postos de trabalho do Mapa de Pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, restrito a candidatos abrangidos pelo programa de regularização extraordinária de vínculos precários (PREVPAP) 1) Nos termos do disposto nos artigos 9.º e 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, torna-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de dois postos de trabalho, previstos no Mapa de Pessoal para 2018 dos Serviços Internos da Secretaria Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, carreira/categoria de Assistente Técnico. 2) Legislação aplicável: Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro (PREVPAP); Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril; e Código do Procedimento Administrativo. 3) Local de Trabalho: a) Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros Largo do Rilvas — 1399 -030 Lisboa 4) O procedimento concursal destina-se à ocupação de um posto de trabalho do Mapa de Pessoal para 2018 da Secretaria Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros - desempenho de funções no âmbito da Direção de Serviços de Cifra e Informática da Secretaria-Geral do MNE na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos constantes do artigo 40.º e seguintes da LTFP. 5) Descrição sumária das funções por categoria/carreira e número de postos por função: O conteúdo funcional da carreira e categoria de Assistente Técnico são as funções constantes do Anexo à LTFP, mencionado no n.º 2 do artigo 88º da LTFP. 6) Fundamentos para a abertura do procedimento concursal comum: o presente procedimento concursal é aberto no âmbito do PREVPAP, para regularização das situações de trabalho precário previstas no artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. 7) Caracterização sumária das funções por posto de trabalho: a) Realizar funções de natureza executiva, de aplicações de métodos e processos resultantes da inovação tecnológica, com base em diretivas bem definidas e com instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de atuação da Informática e instrumentais para o cumprimento dos objectivos da DSCI. 8) Habilitações literárias exigidas: a) 12º ano de escolaridade 9) Posição remuneratória: O posicionamento remuneratório é determinado nos termos do disposto na alínea b) do artigo 12.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, sendo atribuída a 1.ª posição remuneratória, nível remuneratório 5 a que corresponde o valor de 683,13 (seiscentos e oitenta e três euros e treze cêntimos). 10) Requisitos de admissão relativos ao trabalhador: Exerça ou tenha exercido funções que correspondam ao conteúdo funcional da carreira/categoria a concurso, sem o vínculo jurídico adequado, reconhecido nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. a) Ser detentor dos requisitos cumulativos, enunciados no artigo 17.º da LTFP: i) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial; ii) 18 anos de idade completos; iii) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; iv) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções; v) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória. vi) Possuir as habilitações literárias constantes do ponto 8 do presente aviso. b) No presente procedimento concursal não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissionais, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. 11) Forma e prazo de apresentação das candidaturas: 1) Prazo: dez

dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público e na página eletrônica: <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/sobre-nos/carreiras-e-oportunidades/carreiras-gerais#procedimento-concursal-de-regularizacao> 2) Forma: As candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento de formulário tipo, disponível no sítio internet: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/area-de-governo/negocios-estrangeiros/informacao-adicional/aviso-sobre-procedimentos-concursais.aspx>, o qual deverá ser dirigido ao Diretor do Departamento Geral de Administração do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e entregue pessoalmente ou remetido por correio registado, com aviso de receção, para Serviço de Expediente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Largo do Rivas — 1399 -030 Lisboa 3) No formulário de candidatura são de preenchimento obrigatório: identificação do procedimento concursal objeto da candidatura; identificação do candidato (nome, data de nascimento, nacionalidade, número de identificação fiscal, residência, telefone e endereço eletrónico); habilitações académicas e profissionais; decisão de reconhecimento prévio do vínculo precário. 4) Com a candidatura devem ser entregues os seguintes documentos: a) Fotocópia do Certificado de Habilitações; b) Fotocópia dos Certificados ou comprovativos de ações de formação realizadas com relevância para o posto de trabalho objeto de candidatura, se aplicável; c) Currículo detalhado e atualizado, datado e assinado; d) As menções, qualitativas e quantitativas, obtidas nas avaliações de desempenho dos últimos três anos, se aplicável. 5) Nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 28.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na atual redação, a não apresentação dos documentos atrás referidos determina a exclusão dos candidatos. 12) Assiste ao júri a faculdade de exigir aos candidatos, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações. 1) Métodos de Seleção: O método de seleção a utilizar será a avaliação curricular e, caso exista mais de um candidato ao mesmo posto de trabalho, entrevista profissional de seleção. 2) A avaliação curricular é valorada de acordo com a escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas. Visa avaliar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e a avaliação de desempenho obtida. Para tal, serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho, nomeadamente: as habilitações académicas, a formação profissional, a experiência profissional e o tempo de desempenho no período anterior, no exercício de funções caracterizadoras do posto de trabalho a concurso. 3) Entrevista profissional de seleção: A entrevista profissional de seleção visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e os aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal. 4) São motivos de exclusão do presente procedimento: a) O incumprimento dos requisitos mencionados neste aviso, sem prejuízo dos demais legal ou regularmente previstos; b) A obtenção de uma valoração inferior a 9,5 valores na avaliação curricular; c) A não comparência à entrevista profissional de seleção (quando aplicável); d) A obtenção de uma valoração final inferior a 9,5 valores, quando haja lugar à aplicação dos dois métodos de seleção, resultado do emprego da fórmula da alínea b) do ponto 14.4 do presente aviso. 5) Classificação final (CF): a) A classificação final será expressa de 0 a 20 valores, com arredondamento às milésimas, b) Quando haja lugar à aplicação dos dois métodos de seleção, a CF será expressa, de igual modo, de 0 a 20 valores, com arredondamento às milésimas, a qual resulta da aplicação da seguinte fórmula em que:  $CF = (70\%) AC + (30\%) EPS$  CF = Classificação Final; AC = Avaliação Curricular EPS = Entrevista Profissional de Seleção 6) No caso em que haja lugar a entrevista profissional de seleção, os candidatos são convocados nos termos do artigo 32.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro e por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º do mesmo diploma, mas preferencialmente, por correio eletrónico, de acordo com o n.º 8 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, indicando-se o dia, hora e local da realização do mencionado método de seleção. 7) A publicitação dos resultados obtidos na avaliação curricular ou após a aplicação dos dois métodos de seleção, quando aplicável, é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público nas instalações do Ministério dos Negócios Estrangeiros e ainda na sua página eletrónica. 8) Haverá lugar à audiência de interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, após a aplicação de todos os métodos de seleção e antes de ser proferida a decisão final. Os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, mas preferencialmente, por correio eletrónico, nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. 9) As atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva

Bolsa de Emprego Público

ponderação de cada um dos métodos a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas. 10) A lista de classificação final dos candidatos é publicada na página eletrônica do Ministério dos Negócios Estrangeiros, após aplicação dos métodos de seleção. 11) O procedimento concursal tem caráter urgente, prevalecendo as funções próprias do júri sobre quaisquer outras. 13) Composição e identificação do júri: Presidente: Maria da Luz Pedrosa Duarte de Andrade, Diretora Adjunta do Departamento Geral de Administração. 1.º Vogal efetivo: Patrícia Carla Dourado Gaspar, Chefe de Divisão de Cifra que substituirá o Presidente do júri nas suas faltas e impedimentos; 2.º Vogal efetivo: Eliana de Carvalho Grancho Sousa, técnica superior da Direção de Serviços de Recursos Humanos do Departamento Geral de Administração 1.º Vogal suplente: Maria Filipa Carvalho da Silva Mendonça, Especialista de Informática grau 2 nível 1 2.º Vogal suplente: Edmundo Filipe Velez Cabaço, Especialista de Informática grau 1 nível 2A lista de classificação, após homologação, é publicada na BEP; afixada em local público e visível das instalações do Ministério dos Negócios Estrangeiros; e disponibilizada na respetiva página eletrônica; sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do Diário da República, com informação sobre a sua publicação, nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação. 14) Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, o presente aviso é publicitado na Bolsa de Emprego Público ([www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt)) e na página eletrônica do Ministério dos Negócios Estrangeiros 18/09/2018– O Diretor do Departamento Geral de Administração. Pedro Sousa e Abreu.

### Observações

## Alteração de Júri

## Resultados

## Questionário de Terminio da Oferta

### Admitidos

**Masculinos:**

### Femininos:

**Total:**

**Total Com Auxílio da BEP:**

## Recrutados

**Masculinos:**

### Femininos:

**Total:**

**Total Portadores Deficiência:**

**Total Com Auxílio da BEP:**